

ATA NÚMERO 17/XIII/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Ministro das Finanças no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs:

- 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016;
- 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016;
- 13/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016 - 2019.

(Reunião conjunta com a Comissão de Trabalho e Segurança Social)

2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 13, 15 e 16.

3. Deliberação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 130/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

4. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 47/XIII/1.ª – “Solicitam que seja extensivo às entidades cuidadoras de animais o benefício fiscal consagrado nos n.ºs 4 e 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), na sua redação atual, e ainda a inclusão dessas entidades na "Lei do Mecenato”. (Relator cabe ao GP CDS-PP).

5. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016. (Cabe ao GP PSD).

6. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016. (Cabe ao GP BE).

7. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 13/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016 – 2019. (Cabe ao GP PCP).

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS, sobre o parecer da UTAO acerca da Proposta de Lei do Orçamento do Estado.

9. Outros Assuntos.

1. Audição do Ministro das Finanças no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs:

- 11/XIII/1.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016;
- 12/XIII/1.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016;
- 13/XIII/1.^a (GOV) - Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016 - 2019.

(Reunião conjunta com a Comissão de Trabalho e Segurança Social)

A Senhora Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Ministro das Finanças, ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, ao Senhor Secretário de Estado do Orçamento e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 11, 12 e 13/XIII/1.^a (GOV), nos termos do n.º 6 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia da República.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), João Galamba (PS), Mariana Mortágua (BE) Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) Rita Rato (PCP) e André Silva (PAN), tendo o Ministro das Finanças respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Joana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

Intervieram ainda os Senhores Deputados nuno Serra (PSD), Rubina Berardo (PSD), Joao Galamba (PS), Paulino Ascensão (BE), Miguel Tiago (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP), Álvaro Batista (PSD), Cristóvão Norte (PSD), Rita Rato (PCP), Carla Barros (PSD), Maria das Mercês Borges (PSD), Duarte Pacheco (PSD) e Mariana Mortágua (BE). Em sede de interpelação à mesa usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e António Leitão Amaro (PSD).

O Ministro das Finanças usou da palavra para responder ao conjunto das questões colocadas.

Intervieram na terceira ronda os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Rui Riso (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Ministro das Finanças e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido ao conjunto das intervenções.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Ministro das Finanças, ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, ao Secretário de Estado do Orçamento e à sua equipa a sua presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

A reunião foi interrompida cerca das 15:20 horas, sendo retomada às 18:20 horas.

2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 13, 15 e 16

As atas n.ºs 13 e 15 foram aprovadas. O Senhor Deputado Duarte Pacheco sugeriu que constasse da ata n.º 16 o prazo para apresentação de requerimentos de avocação. Não havendo discordância, a ata em questão será votada na reunião ordinária da próxima semana, já com a alteração referida.

3. Deliberação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 130/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou que o GP PSD pudesse comunicar, até ao fim da próxima semana, e a iniciativa seria agendada para discussão na COFMA ou se seria debatida em Plenário, ficando assim adiado este ponto.

4. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 47/XIII/1.ª – “Solicitam que seja extensivo às entidades cuidadoras de animais o benefício fiscal consagrado nos n.ºs 4 e 6 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho (Lei da Liberdade Religiosa), na sua redação atual, e ainda a inclusão dessas entidades na “Lei do Mecenato”. (Relator cabe ao GP CDS-PP).

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) manifestou a sua concordância com a proposta de não admissibilidade, tal como o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD). O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) perguntou se a norma em causa (impossibilidade de reapreciação) não se referia ao período da legislatura. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou que a *ratio* da não previsão do limite da legislatura (para efeitos de reapreciação) terá em conta, possivelmente, o facto de as próprias petições não caducarem com a legislatura, ao contrário do que acontece com as iniciativas legislativas.

A Comissão deliberou não admitir a petição em causa.

5. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016. (Cabe ao GP PSD).

O GP PSD indicou como relatora a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes.

6. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016. (Cabe ao GP BE)

Não se encontrando na reunião nenhum dos representantes do GP BE, a indicação da/o relator(a) ficou adiada para um momento posterior.

7. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 13/XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016 – 2019. (Cabe ao GP PCP)

O GP PCP indicou como relator o Senhor Deputado Paulo Sá.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS, sobre o parecer da UTAO acerca da Proposta de Lei do Orçamento do Estado.

A Senhora Presidente começou por manifestar dúvidas sobre o enquadramento do requerimento do PS nas competências da UTAO. O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) manifestou o seu desacordo e solicitou que a UTAO efetuasse uma análise mais detalhada do OE, no seu parecer definitivo, como, por exemplo, no que toca aos componentes do PIB. Especificou que a avaliação das previsões da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional será por comparação com o OE já apresentado e não com o esboço.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) notou que é difícil que instituições internacionais disponibilizem os seus dados para estes efeitos e lembrou que o PS não aceitou que o seu cenário macroeconómico fosse avaliado pela UTAO.

Interveio a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) para referir que o CDS-PP não se oporá ao requerimento do PS, mas que parece pouco objetivo que a UTAO se pronuncie sobre previsões. Considerou premente que se passe à discussão política do OE. Faz sentido, defendeu, que se pergunte à UTAO se esta solicitação colide com o seu Plano de Atividades e se poderá ser cumprida uma eventual deliberação neste sentido.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou nada ter a opor ao requerimento do PS.

Respondendo ao pedido de clarificação da Senhora Presidente, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) notou que pretende saber que ponderadores do PIB foram utilizados pela UTAO e, inclusive, que, numa perspetiva pedagógica, fosse explicitado como se calcula o PIB. Declarou acreditar que a Comissão Europeia facultará a informação que seja solicitada. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou que nada tem a opor ao requerimento e que a UTAO ponderará que elementos consegue ou não reunir.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) manifestou-se no sentido de que, independentemente de não se opor ao requerimento, o PSD tem reservas à possibilidade, leal e material, do objeto do mesmo, sem



prejuízo da intenção pedagógica do Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), que contrasta, no seu entender, com as declarações de outros dirigentes do PS.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) interveio então para sustentar que a intervenção do Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) reflete a posição do PS, que acredita e confia na UTAO.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado com os votos a favor de PS e PCP e a abstenção de PSD e CDS-PP, verificando-se a ausência do BE.

9. Outros Assuntos

A Senhora Presidente colocou à consideração da Comissão que a audição de 6.ª feira, com o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, pudesse efetuar-se na sala do Senado, dada a exiguidade das salas da Comissão para acolher uma audição conjunta, tendo a Comissão concluído que tal não seria oportuno de aferir nesta ocasião, podendo suscitar-se a questão numa próxima oportunidade.

A reunião foi encerrada às 19:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 10 de fevereiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Cristóvão Norte
Jorge Paulo Oliveira
Júlia Rodrigues
Miguel Tiago
Nuno Serra
Santinho Pacheco
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eurico Brilhante Dias
Hortense Martins